



Revista do TRE/RS

Ano II - Número 4 - Setembro a Dezembro de 1997

O Voto na Formação da Cidadania

Des. Celeste Vicente Rovani

Atribui-se a WINSTON CHURCHILL a afirmação:

“A Democracia é o pior regime, desde que excluídos todos os demais.”

E assim parece que seja, desde que surgiu, em Atenas da Grécia clássica, o conceito de Democracia.

Parece, pois, estar radicado, nos recônditos da alma humana, o desejo incontido de liberdade, não apenas de liberdade corporal, o direito de ir-e-vir, mas também a liberdade de expressão, de opinião e, nesta conseqüência, historicamente, a produção de resultados políticos, *lato sensu*, no mundo exterior.

Ao longo dos séculos, no decurso da penosa jornada do Homem, a despeito de todas as causas subjacentes dos grandes movimentos revolucionários, em última análise, o Homem sempre buscou, busca e buscará sôfrega e incessantemente a liberdade e a igualdade, que geram, ao natural, a solidariedade, e essa, a sua vez, perfilha a fraternidade.

Ainda que as forças econômicas e políticas possam determinar as mais profundas mudanças e as grandes rupturas registradas pela História, o Homem, em verdade, ao utilizar-se das massas humanas para a consecução de designios e satisfação de interesses, cavalga, por assim dizer, em sua ânsia por liberdade, fogueiro corcel à busca sempre da amplidão dos horizontes e, com seus avanços vi-

gorosos, põe por terra cercas e cancelos, na ocupação dos espaços livres.

Fosse o Homem indiferente à liberdade e à igualdade, nenhum dos movimentos revolucionários teria desbordado de seu nascedouro para a História, mas teriam todos eles adormecido nos ambientes enfumacados dos gabinetes dos artífices e dos amantes do poder, ou nos porões sombrios da subversão.

Esses anseios tão profundos de liberdade e de realização do Homem parecem encontrar verdadeira guarida na Democracia.

Mas a Democracia alimenta-se da consciência cívica, finca-se na cultura nacional, robustece-se com o exercício permanente e envolve e pressupõe um sadio jogo político de alternância dos detentores dos mandatos eletivos da Nação.

Diante da derrocada das grandes ditaduras, que, cevadas pelo orgulho e pela insensatez humana, mormente nos últimos séculos, povoaram o universo terrestre de sangue, terror e horror, sejam elas de esquerda, sejam de direita, como a vitória sobre o nazismo e a queda do muro de Berlim, a humanidade posta-se ante o paraíso político da Democracia.

Hoje, em suma, a humanidade, ressalvados nichos de resistência antidemocrática, é como um naufrago que, finalmente, aportou em terra firme, o solo da Democracia.

Mas foram séculos e séculos de lutas de avanço e recuo a alimentarmos a esperança de chegada e trazer-nos, enfim, como ao povo de Israel, à terra prometida, à terra do leite e do mel.

A esta altura da civilização humana, todos os homens, teoricamente, são iguais, de acordo com o princípio constitucional aninhado pela grande

*Presidente do TRE/RS. Palestra proferida em 28/08/97 na Fundação Regional de Economia, em Santa Maria (RS).

maioria das Cartas Políticas dos povos, e cada cidadão, com seu voto, constrói a sociedade desejada pela maioria, respeitando as minorias e, em contrapartida, sendo ela por elas respeitada.

De conseqüência, a Democracia impescinde do voto livre, e o voto livre é fruto da cidadania integral de cada ser humano.

Em verdade, a Democracia, para que se efetive e para que realize seus objetivos, que se enfeixam no Bem Comum, há de assentar-se, segundo apregoa ANACLETO DE OLIVEIRA FARIA, em triângulo essencial e insubstituível, cujos ângulos são o ângulo político, o ângulo econômico e o ângulo cultural (*in* "Democracia Humana", Liv. JOSÉ OLÍMPIO Edit., 1958, p. 21).

Em termos claros, o *ângulo político* representa a participação efetiva e ativa do povo, e não apenas de parcelas do povo, na vida política, seja no governo, seja nos problemas da Nação. Mas para chegar a tal estágio de maturidade cívico-política há de se ter consciência da cidadania, que brota da cultura nacional e requer exercício permanente do voto. O discurso é insuficiente, apenas gera a demagogia. A prática é que se faz necessária, mas sempre dirigida por um objetivo superior, o bem-estar de todos os cidadãos.

O Homem, desde criança, deve apreender a conviver com vitórias e derrotas para respeitar a vontade da minoria, condição essencial para o crescimento da consciência democrática e do espírito de solidariedade.

A Democracia deve ser praticada desde a infância, desde os bancos da escola, e é de sua essência a alternância de posição, de que a gangorra é símbolo. Saber vencer, mas também

saber perder e respeitar a opinião e a vitória dos outros, embora se não harmonize com o que pensamos e queremos, talvez seja mais importante do que ganhar, porque é na derrota que se apreende a respeitar a vontade e o direitos dos outros e se forja o caráter e se tempera o ideal de luta e de progresso.

O *ângulo econômico* nada mais traduz do que uma distribuição equitativa dos bens terrenos, operada pela participação dos trabalhadores nos lucros, na gestão e na propriedade da empresa, na ascensão de todos à propriedade privada, como a casa própria e a terra para o cultivo. Bem ao contrário da ditadura do capitalismo, hoje encapuçado no neo-liberalismo, livre das peias da Ética e alheio ao social, regime fundado sobre a fecundidade do dinheiro, da idéia do lucro máximo, da concorrência desenfreada, que desemboca, em nome da modernidade e do livre mercado, no império econômico de algumas empresas multinacionais, que não têm pátria nem alma, alijando o Estado das relações humanas, porque a ele se sobrepõem quer pela corrupção, quer pelo bloqueio comercial, deixando os cidadãos menos afortunados ao desamparo e entregues à própria sorte...

Em suma, a tirania de Mamona sobre o Homem.

Pergunto: pode-se falar em distribuição de riqueza, quando apenas o Estado do "Rio Grande do Sul tem um milhão e quinhentos mil indigentes", vale dizer, "em situação de pobreza extrema" (*CORREIO DO POVO* de 29.7.1997, p. 5), ou quando hoje, segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE), 22,31% das famílias gaúchas e 29,43% das famílias brasi-

leiras são indigentes, isto é, *famílias com 4 membros com uma renda média de até 2 salários mínimos*, enquanto, “em 1991, 17% da população do País era indigente” (*CORREIO DO POVO* de 28.8.1997, p. 20); ou quando uma metrópole como Manaus, capital da Amazônia, assentada sobre a riqueza natural e zona franca de comércio, de seu milhão e meio de habitantes, quinhentos mil são desempregados e trezentos mil são famintos, não têm o que comer; quando milhares e milhares de brasileiros se encontram desempregados e outros tantos, afeitos às lides rurais desde seus avós, não têm terra para amarrar e produzir o pão de cada dia, para si, para sua família e para a família brasileira?

E o *ângulo cultural*, quicá o mais importante, e do qual decorre o equilíbrio dos demais, compreende a difusão da cultura a todo o povo e a cada ser humano, para que qualquer cidadão possa, de per si, participar da ação política e lutar conscientemente por uma distribuição mais eqüitativa das riquezas, de forma efetiva e ativa e com a máxima liberdade, longe das influências opressoras de todos os tipos de propaganda, infiltradas subtilmente por certa mídia, atrelada, não raro, a interesses econômicos inconfessáveis ou a grupos políticos dominantes.

Como falar em cultura, quando só os filhos dos abastados podem galgar gratuitamente os estabelecimentos de ensino superior, enquanto os mais pobres se obrigam a custear o próprio estudo com o suor de seu trabalho cotidiano? Como falar em cultura, quando milhares e milhares de brasileiros não podem freqüentar a escola de primeiro ou de segundo grau

porque são obrigadas desde crianças a se entregar ao trabalho sob pena de não subsistirem, ou quando para milhões de brasileiros o único canal de cultura e de lazer é a televisão que revela, através de novelas e filmes ou da propaganda comercial, uma vida fácil, dissoluta, despida de qualquer resquício moral e em ambiente de traição e de violência, imagem palpitante das grandes metrópoles e de uma sociedade totalmente amoral e decadente?

Sem embargos, a Democracia supõe, antes de tudo, opção livre e refletida em assuntos sociais, políticos e humanos e, assim, exige de cada cidadão, de cada eleitor, cultura histórica, disciplina de raciocínio, vale dizer, senso crítico e culto da responsabilidade.

Pode-se, assim, conceituar cultura, *lató sensu*, como a formação moral, o desenvolvimento intelectual, o conhecimento dos problemas próprios do Homem.

Somente uma cultura sólida e afeita à índole do povo brasileiro pode opor-se à manipulação das consciências por uma mídia mal-avisada ou mal-intencionada, sustentada pelo poder econômico que, via de regra, se encontra nas mãos de grupos internacionais.

Em suma, é a cultura que impulsiona o Homem para o exercício correto da liberdade, que conduz, irremediavelmente, à responsabilidade, que faz com que cada ser humano assuma a autoria e conseqüências de seus atos, inclusive do ato político por excelência, que é o de votar.

Cultura não são apenas máximas de vida, é a própria vivência das máximas, não é o deslumbramento de um ideal político, é a própria prática des-

se ideal, é a transformação das idéias em obras.

Ter cultura é saber conviver com idéias diferentes, sem, porém, ser obrigado a aceitá-las como verdadeiras, mas demonstrar, pela discussão serena, que há vários caminhos para chegar ao mesmo destino, uns mais tortuosos, outros menos. O caminho há, porém, de ser escolhido e decidido pela maioria, sem eliminar, no entanto, a minoria e outras alternativas. E as pessoas são convencidas, mas não derrotadas. Mudo de pensamento ou de conduta, se alguém souber me convencer ou provar que estou errado.

O voto é a melhor forma de colher opiniões, porque secreto. Votar é opinar e exercer a democracia.

Pergunta-se mais uma vez: o eleitor brasileiro participa ativa e efetivamente da vida política de seu país? Usufrui da riqueza brasileira de forma eqüitativa? É culto?

O tema não pára por aqui, pois não há como discorrer sobre a fartura ou saborear todas as nuances paisagísticas da terra prometida, que é a Democracia, sem uma análise mais detida de seus pressupostos lógicos.

A Democracia é o governo da maioria sob a vigilância permanente e equilibrada das minorias.

Supõe-se que a *maioria* incorpore, em si mesma, a verdade, o justo, o melhor caminho. Sem essa premissa, estaríamos diante de uma contradição operacional. É bem verdade que a maioria já acreditou fosse plana a Terra e já optou pela libertação do assassino Barrabás e pela condenação do Inocente, Cristo.

Uma outra suposição, porém, se contrapõe a tais dúvidas - a de que a periodicidade dos pleitos oferece ao

eleitor oportunidade de corrigir e de se redimir de eventuais equívocos de escolha. Com isso, tranqüilizamo-nos um pouco e seguimos em frente.

Permito-me, a essa altura do tema, oferecer-lhes uma comparação, ainda que tosca, já que, segundo os filósofos, toda a comparação peca, é falha.

Imaginemos que dispomos da partitura de uma belíssima peça musical e que pretendamos oferecer ao público grandioso espetáculo. Além de um regente à altura do cometimento, precisamos de músicos qualificados. A combinação desses dois fatores, o material e o pessoal, nos assegura, com razoável margem de certeza e segurança, o sucesso do empreendimento - um momento de homenagem à boa música.

Consideremos, todavia, a hipótese de termos, para compor o corpo da orquestra, uma excelente partitura, mas um péssimo regente, alguns músicos aprendizes e outros tantos não-músicos.

É por demais fácil prevermos o resultado.

O regente é o ideário político-partidário; o eleitor, o nosso músico; e a qualidade da sinfonia, a natureza da Democracia, que emergirá da execução da partitura.

Quiçá, ao longo de tantas e tantas giras, seja possível converter os aprendizes em verdadeiros músicos. Mas, até que isso aconteça, a dificuldade maior esteja talvez na venda dos ingressos...

A imagem pode deixar transparecer forte ressaibo de ceticismo em relação à Democracia; ceticismo esse tanto mais profundo quanto menos qualificados forem o batuta e os músicos, e acabar tangendo o raciocínio no sen-

tido de que a Democracia seria um regime aristocrático, inviável, ou, pelo menos, desaconselhável para os países em que, pela falta de participação na vida política, pela situação de extrema pobreza de grande parte da população e pelo baixo grau de instrução e de preparo intelectual da maioria de seus cidadãos, o resultado seria catastrófico na escolha de seus mandatários, em sua grande maioria despidos de ideário político-partidário. Do mesmo modo que maus músicos ou não-músicos, sob a batuta de um regente medíocre, produziram, inevitavelmente, uma sinfonia desastrosa.

Em termos, o raciocínio parece inquietante, alarmante mesmo, para nós, nações periféricas, com contingentes eleitorais significativos, quando não dominantes, imersos na miséria absoluta que conduz ao clientelismo, aos currais, à compra e venda do voto, por um rancho de armazém, por uma camiseta, por um medicamento.

E, ousado dizer, é efetivamente alarmante, e ainda mais alarmante porque a corrupção não parte exclusivamente do candidato inescrupuloso, mas, com frequência, do próprio eleitor carente, do eleitor necessitado, do eleitor oportunista, que se faz mercadoria para o balcão do político.

É dolorosa, sem dúvida, a contingência de ter que vender o próprio voto, vale dizer, a consciência de cidadão. É execrável, porém, a compra do voto pelo político para a satisfação de seus interesses individuais ou de seu grupo.

Eis a miséria e a falência do Estado, que devera garantir e resguardar a dignidade humana, como agente, se não determinante, mas, ao menos,

como peso considerável no resultado de nossas eleições e na espécie de democracia em que vivemos e da qual, talvez, não devêssemos nos vangloriar tanto.

Bem - dir-se-ia -, há de haver sempre uma nova eleição. Os erros cometidos poderão ser reparados até pelo eleitor menos esclarecido. Talvez, sim; talvez, não. Se a condição de necessidade e de miserabilidade não for suprimida, novamente estarão em leilão a falta de escrúpulo do candidato e o voto do desassistido e do desamparado, cuja necessidade de subsistência se sobrepõe à própria cidadania.

Ora, a sociedade é heterogênea. Nem todos vivem em tais condições. Há, ainda, uma camada que consegue flutuar pouco acima da necessidade absoluta; ainda sobram alguns exemplares da classe média e, certamente, ainda resta a elite, a minoria esmagadora, quer no sentido figurado, quer no sentido literal.

Nesse ponto, a análise deve voltar-se para três segmentos fundamentais da sociedade: a família, a escola e os meios formadores de opinião de massa.

A família, que deve ser a rampa de lançamento do indivíduo para o social, está completamente desestruturada, em virtude da luta pela sobrevivência nos grandes centros urbanos, sem seu esteio tradicional e, assim, desvinculada da moral e dos laços de parentesco; as crianças, os cidadãos do futuro, entregues, desde a mais tenra idade, a sua própria sorte, ou à babá de carne e osso, vinda quase sempre da periferia, de ambiente diverso do dos amos e sem preparo para o ofício, ou à babá eletrônica, produzindo-se, desde aí, a inconsciente e subliminar sujeição do

senso crítico e o anseio obsessivo pelo consumo, assim como a insensibilidade à violência explícita; a juventude sem perspectiva de realização do ideal pelo emprego que lhe assegure uma sobrevivência tranqüila; a velhice, doente e desamparada...

Nas elites, as culpas paternas produzem jovens sem limites, capazes de incinerar seres humanos como parte do programa de sábado à noite; jovens insensíveis, para os quais a vida humana é como a imagem de um alvo virtual a ser eliminado nas telas dos video-games e dos computadores de última geração.

A escola, especialmente a escola pública, nas mãos de um magistério quase indigente, desesperado, mal-pago, e constituído de desiludidos mestres, aos quais se exige competir, como formadores da cidadania, com a pílula dourada da distração televisiva.

A universidade, ao invés de formar cidadãos com liderança nos diversos campos das atividades humanas, desumaniza-se, corre com pernas trôpegas atrás de um avanço tecnológico alucinante, cuja característica dominante é a obsolescência e o descarte. A especialização, a desuniversalização do ensino universitário aponta para um futuro de especialistas, de adoradores da tecnologia e do conhecimento, mas infinitamente menos humanos, menos fraternos, menos capazes de doação pessoal, de renúncia, de grandeza, de solidariedade, porque não se conhecem nem a seu semelhante, bastando-se a si mesmos.

Os meios de comunicação, como grandes empresas que são, vendem a sua mercadoria - a informação, na busca ensandecida dos índices de au-

diência que resultam nos seus contratos comerciais, no lucro que é, não esqueçamos, a meta de toda empresa, através de programas, peças, novelas, filmes e espetáculos que, em sua maioria, se destinam a explorar a sensualidade, a violência e ignorância do povo.

Esse o ambiente informador do caráter daqueles infantes, frutos das famílias que ainda flutuam acima da linha d'água no mar de abandono e de marginalidade, cuja maré não pára de crescer e de avançar sobre a terra firme.

Nesse solo é que medra a Democracia contemporânea. Sobre as ruínas do Estado paternalista, erige-se o monumento à tecnologia em louvor aos competentes, aos vencedores, enquanto multidões alijadas do progresso embalam o sonho impossível de tocá-lo, como o símio de 2.001, a odisséia no espaço, logrou tocar o monólito.

Eis como hoje vejo a seara da cidadania e da Democracia.

Nunca me pareceu tão árdua a luta pela democracia quanto hoje, quando ela parece triunfar, em todo seu esplendor, sobre as ruínas das ditaduras e dos personalismos tão nefastos à convivência e ao desenvolvimento integral do Homem.

Eis-nos aqui, dirigentes, povo e membros da Justiça Eleitoral, inseridos nesse contexto. Armados com bordunas, contra canhões. Com instrumentos débeis e vacilantes, contra diplomas legais recheados de hipocrisia e casuísmos, para ungir de legitimidade essa realidade sócio-política e tutelarmos a vontade do cidadão, expressa através de seu voto. Ora apontados como condescendentes, ora como tiranos.

Ocorre-me, aqui, evocar a fábula do incêndio na floresta.

Em desespero, todos os animais acorriam para o rio e tentavam vadeá-lo, para se pôr a salvo das chamas vorazes; e eis que um colibri ia ao rio e voltava sobrevoando as árvores flamejantes. Em uma de suas idas e vindas, um esquilo perguntou-lhe por que fazia aquilo, e o passarinho singelamente respondeu que colhia água no bico e a derramava sobre o fogo.

- Mas - perguntou estupefato o esquilo - de que adianta o teu afã? Por acaso achas que vais apagar tamanho incêndio com a água que carregas no bico?

- Não sei - respondeu o colibri. Sei apenas que devo fazer a minha parte.

É isso que nós, juizes e servidores da Justiça Eleitoral, tentamos dia a dia: fazer a nossa parte. Talvez porque, tendo maior visão das coisas que o passarinho, no fundo nós sabemos que não poderemos sozinhos apagar o incêndio; mas sabemos, com certeza, como ele, que é nosso dever tentar.

Nessa trilha, há de se respeitar e fazer respeitar e valer o voto, mas há também de se desmistificar-lhe a idolatria. É preciso ter plena consciência de que o voto nem sempre espelha a cidadania, seja porque, às vezes, efeito da corrupção e da hipocrisia, seja porque fruto do desespero e da ne-

cessidade absoluta, seja porque fruto da desilusão e da desesperança, seja porque, enfim, fruto de verdadeira lavagem cerebral promovida pelos meios de comunicação, engajados econômica e politicamente, ou, pura e simplesmente, perseguidores do lucro a qualquer preço.

Sem ovos, não se fazem omeletes; sem homens cultos, imbuídos do verdadeiro conceito do que seja política e conduzidos pelo real espírito de patriotismo e de amor à causa comum, plantados em sua moradia própria, vale dizer, livres em pensamento e em dignidade, não se faz a Democracia.

Por isso, a tarefa, a missão da Justiça Eleitoral, de todos os brasileiros verdadeiramente democratas, é bem mais ampla, infinitamente mais árdua e penosa do que assegurar a veracidade das urnas, a legitimidade do voto. É, sim, lutar cada qual, em sua seara, para que esse voto seja legítimo, sim, e mais e mais carregado de humanidade, fraternidade e cidadania. Só então teremos alcançado a verdadeira Democracia, artífice do Bem comum. E para isso o voto consciente é decisivo.

É preciso, pois, parodiando o autor de *Candide*, semear, semear, semear, que alguma semente haverá de nascer, crescer e dar bons frutos.